

ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

**CORRESPONDÊNCIA**

Recobida em  
08/10/87  
08:15:35 horas  
Luiza

**MENSAGEM Nº 044/87, de 06.10.87.**

Exmº Sr.  
José Januário Carneiro Neto  
DD. Presidente da  
Câmara Municipal de Ubá  
NESTA

A  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final  
Em 13/10/87  
Luiza  
Presidente da Câmara  
José Januário Carneiro Neto  
PRESIDENTE

**Senhor Presidente:**

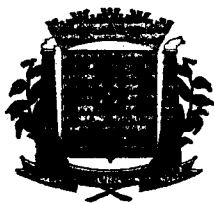
Apraz-nos encaminhar a V.Exª, para apreciação e votação dessa egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei que **"concede reajuste aos salários e vencimentos dos empregados e servidores públicos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Ubá, em todos os níveis e categorias, bem como aos proventos e pensões dos inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Ubá, e dá outras providências"**, em decorrência do novo Salário Mínimo de Referência estabelecido pelo Governo Federal, em todo o território nacional, já em vigor a partir de 1º de outubro de 1987, segundo preceitua o Decreto Federal nº 94.990, de 30.09.87, publicado no "Diário Oficial" da União, de 01.10.87, conforme cópia que estamos remetendo à ciência dessa colenda Casa, em anexo.

Entretanto, queremos salientar a essa digna Edilidade que, assim como têm procedido inúmeras empresas privadas para com os seus funcionários, em todo o país (e cujo exemplo social e humanitário tem sido elogiado até pelos órgãos públicos federais, segundo o vêm divulgando os meios de comunicação mais conhecidos), também esta Municipalidade tenciona conceder aos seus servidores — em todos os níveis e categorias, inclusive aos inativos e pensionistas — não só o percentual da URP que lhes é devido neste mês de outubro, de que trata o Decreto Federal acima mencionado, como também a antecipação legal do percentual da URP que lhes será ainda devido em novembro do corrente ano, de forma idêntica, em decorrência da sadia observância aos dispositivos do Decreto-Lei nº 2.335, de 12.06.87, mormente no que estabelecem os seus artigos 3º e 4º, com todos os seus respectivos parágrafos e incisos, já de conhecimento dessa nobre Câmara.

Assim, dos 14,74% devidos, a Municipalidade concedeu 4,69% em setembro, restando ainda atribuir aos salários, vencimentos, proventos e pensões os 9,60% restantes, relativos aos meses de outubro e novembro/87 (este, por antecipação).

Todavia, por magnanimidade do Executivo — e usando das prerrogativas que nos são legalmente conferidas — pretendemos também conceder ao funcionalismo municipal ativo e inativo, bem como às pensionistas, mais 2,40% sobre o percentual restante acima mencionado, totalizando, portanto, 12% (doze por cento) de reajuste, conforme se encontra disposto no Projeto de Lei em anexo.

Não se pensou, evidentemente, em atribuir-se ao nosso funcio-



nalismo público municipal um grande prêmio — ao qual, aliás, tanto faz jus, pelo muito que tem se esforçado para o aprimoramento de seus serviços à comunidade, através da verdadeira Empresa de Prestação de Serviços Públicos em que se transformou a nossa Prefeitura, a partir dos ingentes esforços para isso realizados pelo Prefeito Municipal José Bigonha Gazolla, ora licenciado, e cuja filosofia e conduta vêm sendo por nós continuadas na Administração do Município. Mas, com tal procedimento, **pretende o Executivo tão somente minorar um pouco, com a sua parcela de apoio e compreensão e com o seu espírito de justiça,** a enorme defasagem que vem lamentavelmente incidindo no valor aquisitivo dos salários, vencimentos, proventos e pensões, respectivamente, de nossos empregados e servidores públicos municipais, bem como dos inativos e pensionistas da Prefeitura, graças à malfadada e galopante inflação que não conseguiu ser detida pelo Governo Federal e ainda hoje impera no país.

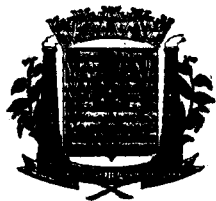
Destarte, tem este Projeto de Lei, como sempre e principalmente, o intuito de valorizar e dignificar, em todos os níveis e categorias, aqueles que, com eficiência e abnegação, dão continuidade à pujante ação administrativa municipal.

Para tanto, embasamo-nos nos próprios dispositivos federais sobre o assunto, obedecendo aos parâmetros por eles preconizados, através da interpretação equânime e serena das normas contidas nos instrumentos legais atrás aludidos, dos quais poder-se-á perfeitamente depreender as razões que justificaram a elaboração da presente matéria, que, a nosso modesto ver, encontra-se bastante explícita, não carecendo, portanto, de maiores considerações para o seu devido aquilatamento e consequente aprovação pelos nobres Edis que compõem essa soberana Casa.

Por isso, solicitamos ao ilustre Presidente desse cioso Legislativo Ubaense que convoque todos os seus demais pares, **em caráter extraordinário,** para apreciarem e votarem este Projeto de Lei, com fulcro no art. 49, § 2º, da Lei Complementar nº 3, de 28.12.72.

Outrossim, como jamais ousamos atrasar, um dia sequer, o pagamento dos salários, vencimentos, proventos e pensões de nossos servidores públicos municipais (ativos, inativos e pensionistas), tomamos a liberdade de aqui rogar também a magnânima e costumeira compreensão dessa Edilidade, em concedendo **regime de urgência** à tramitação da matéria, em observância ao disposto no art. 59, da Lei Complementar nº 3, de 28.12.72, a fim de que as folhas de pagamento do mês em curso, como antes e sempre, possam ser elaboradas em prazo hábil, sem qualquer prejuízo pecuniário para quem delas dependa.

Devemos finalmente aqui ressaltar a V.Exª e aos dignos Vereadores da Câmara Municipal de Ubá a confiança que depositamos na sensibilidade, no altruísmo e no reconhecido espírito público que norteiam a sua conduta, pois, sempre atentos às aspirações e angústias dos servidores públicos municipais — ativos, inativos e pensionistas, certamente haverão de aprovar o apenso instrumento, no mínimo espaço de tempo possível, eis que, assim o fazendo, hão de corroborar o salutar interrelacionamento existente entre os Poderes Legislativo e Executivo deste Município, que, embora autônomos e independentes, são inte-



ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

fl.03

grados e harmônicos e juntos continuarão a merecer a credibilidade e o respaldo público que até então os servidores municipais têm neles depositado e devotado — esse mesmo funcionalismo que labuta conosco em favor do desenvolvimento de nosso Município e de uma Ubá mais justa e mais humana, através de sua já reconhecida eficiência, total de-nodo e marcante dedicação.

Tal instrumento, destarte, aplica-se a todos os níveis e categorias, tanto da Câmara quanto da Prefeitura Municipal de Ubá, inclusive aos inativos e pensionistas desta, no que lhes cabe à luz do direito e da justiça, em decorrência da legislação vigente e dos poderes que nos são atribuídos no exercício do honroso cargo que ocupamos.

Assim sendo, sabedores de que encontraremos nessa Casa Legislativa acolhida e pronto atendimento ao exposto, prevalecemo-nos do ensejo para expressar e reiterar a V.Ex<sup>a</sup> e aos seus demais pares os nossos agradecimentos antecipados, com protestos de elevado apreço, sincero respeito, real estima, sadia amizade e distinta consideração.

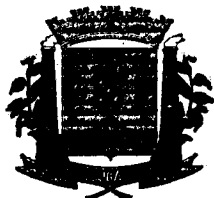
Cordialmente,



MÁRIO SCHIAVON

Prefeito Municipal em exercício

Ubá, MG, 06 de outubro de 1987.



ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

**PROJETO DE LEI Nº 58/87, de 06.10.87.**  
**(Ref.: Mensagem nº 044/87, de 06.10.87).**

**Concede reajuste aos salários e vencimentos dos empregados e servidores públicos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Ubá, em todos os níveis e categorias, bem como aos proventos e pensões dos inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Ubá, e dá outras providências.**

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica concedido aos empregados e servidores públicos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Ubá, em todos os níveis e categorias, bem como aos inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Ubá, a partir de 01.10.87, um reajuste correspondente a 12% (doze por cento) sobre os salários, vencimentos, proventos e pensões respectivamente por eles percebidos no mês de setembro de 1987, em decorrência do estabelecido no Decreto Federal nº 94.990, de 30.09.87, combinado com as disposições dos artigos 3º e 4º, do Decreto-Lei nº 2.335, de 12.06.87, com o disposto no § 1º, do art. 2º, do Decreto-Lei nº 2.351, de 07.08.87, e com os termos dos artigos 77 e 148, da Lei Complementar nº 3, de 28.12.72.

**Art. 2º** – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente e eventuais Créditos Suplementares.

**Art. 3º** – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagidos os seus efeitos a 1º de outubro de 1987.

Ubá, MG, 06 de outubro de 1987.

  
**MÁRIO SCHIAVON**

Prefeito Municipal em exercício

**DIÁRIO OFICIAL**

**ANO CXXV**

**SEÇÃO I** **16152**

**Nº 187**

**QUINTA-FEIRA, 1 OUT 1987**

**BRASÍLIA - DF**

DECRETO nº 94.990, de 30 de setembro de 1987

Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 2º do Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987,

**DECRETA:**

Art. 1º - O valor do Salário Mínimo de Referência, a partir de 1º de outubro de 1987, será de Cr\$2.159,03 (dois mil, cento e cinquenta e nove cruzados e três centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

**JOSE SARNEY**

*Mairson Ferreira da Nóbrega*

*Almir Pazzianotto Pinto*